

PACTU

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO IV - Nº 38 - fevereiro/Março/2000

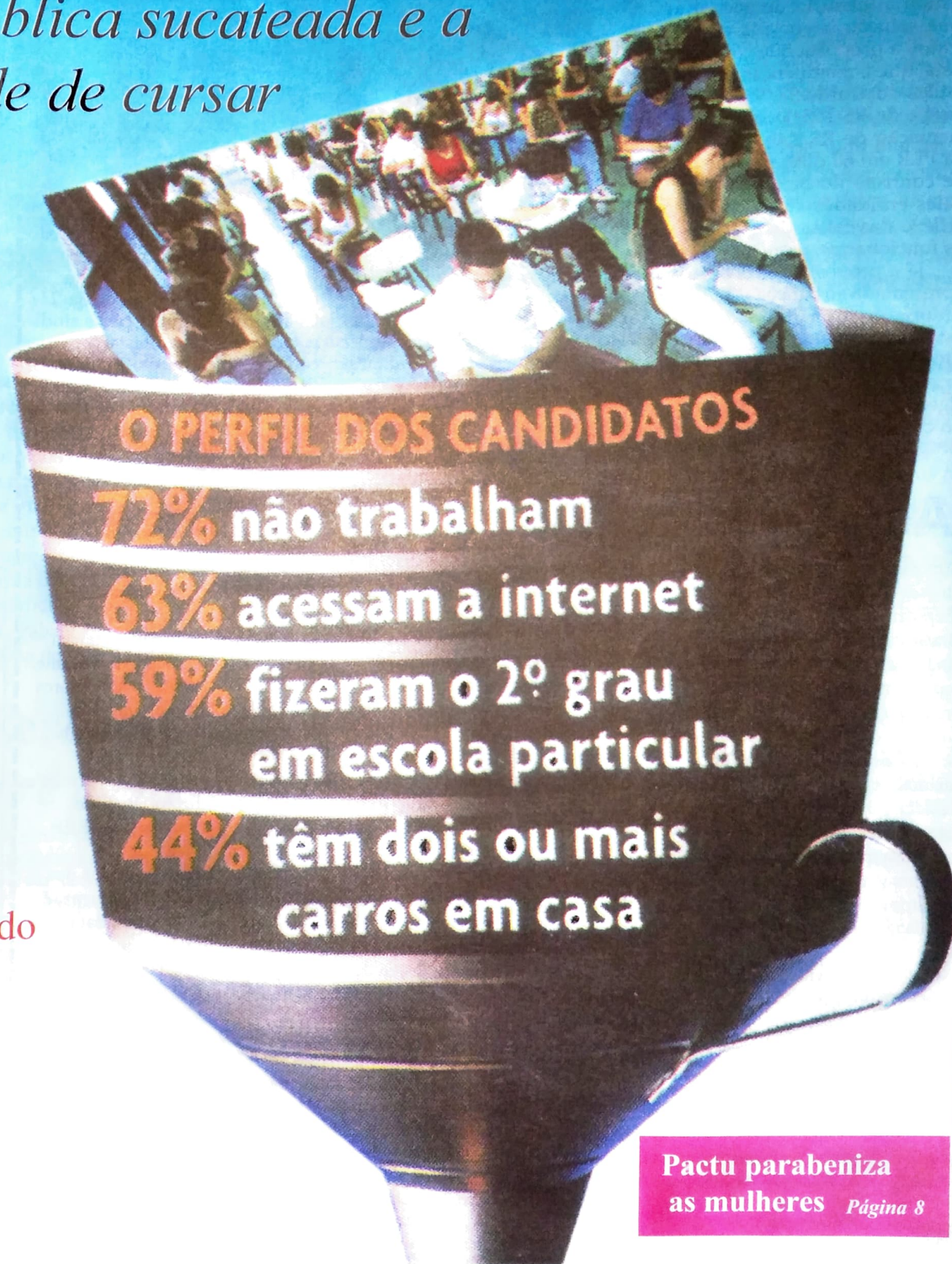
fetec/PR

CUT Brasil

CNB - Sindicato Nacional

*Escola pública sucateada e a
dificuldade de cursar
uma boa
faculdade*

Páginas 4 e 5



Campanha Salarial:
Além do BB e CEF, o Banestado também quer retirar direitos.

Páginas 2 e 3

**Pactu parabeniza
as mulheres** *Página 8*

BB ignora proposta de conciliação

No início do mês, a Comissão de Empresa e a Procuradoria Geral do Trabalho tentaram junto ao banco uma solução para o acordo salarial, mas o banco manteve a mesma postura intransigente que caracterizou as negociações até agora.

A Comissão de Empresa reafirmou a intenção de encontrar uma solução negociada e apresentou a proposta que considera justa, que é manutenção das cláusulas do acordo 98/99, auxílio-creche de R\$ 105,00, auxílio-alimentação de R\$ 8,40, discussão da PLR em 60 dias, mecanismos de controle do banco de horas pelas entidades sindicais e não reflexo das faltas de greve para os funcionários.

Já a proposta de conciliação apresentada ao banco pela Procuradoria do Trabalho, mantém a estabilidade dos delegados sindicais somente durante o mandato; reduz em 10% o número de dirigentes liberados; reduz o auxílio-creche para R\$ 100,00, mantem



Enquanto não sai o acordo, prossegue a mobilização dos funcionários do BB

do o restante sem alteração.

Porém, a posição do BB é que o acordo coletivo estava resolvido. Ou seja, a empresa insiste em assinar acordo parcial das cláusulas já implementadas unilateralmente por ela. Pra resumir melhor, o banco quer a assinatura do acordo que ele, com a mãozinha da CONTEC e do TST, empurrou goela abaixo do funcionalis-

mo.

Enquanto não sai um acordo justo, as ações prosseguem na Justiça e é retomada a mobilização. No último dia 24/02, foram realizadas, pelos sindicatos da CUT, manifestações contra o trabalho gratuito e pela abertura das negociações. Além de abaixo-assinados contra a privatização dos bancos públicos.

Dirigentes Sindicais

Ação quebra a intransigência do BB

O movimento sindical conseguiu, através de ação na Justiça, quebrar a prepotência da direção do Banco do Brasil, e impedir que os dirigentes sindicais liberados voltassem para o trabalho no banco, conforme pretendia a empresa. O BB resolveu convocar os dirigentes, sob ameaça de suspensão do pagamento de salários, depois do julgamento de dissídio, parcial e prejudicial à categoria, no TST, em dezembro do ano passado. Ficou caracterizada, mais uma vez, a intenção do banco de desestruturar a organização dos trabalhadores, com prejuízos enormes à categoria.

Só não obteve êxito porque o juiz Antônio Lopes, da 14ª Vara da

Justiça do Distrito Federal, concedeu liminar contra o ato da diretoria do BB que determinava a volta de todos os dirigentes sindicais aos locais de trabalho no banco. Segundo a decisão da Justiça, o BB deve manter a frequência livre de todos os dirigentes.

A decisão liminar do juiz levou em consideração a falta de novo acordo coletivo que regule as condições de trabalho. Além disso, ficou caracterizada a intenção da empresa, de perseguir a organização dos trabalhadores, que não assinou o acordo proposto pelo banco, na defesa de um melhor acordo para os funcionários. Para Neil Emídio Júnior, diretor do Pactu em

Paranavaí, a decisão é importante "porque o Sindicato é um grande instrumento na defesa dos funcionários, e o trabalho sindical do dirigente liberado é importante na mobilização dos trabalhadores. Antes da decisão do juiz de Brasília, o Pactu, em Umuarama, havia conseguido liminar de antecipação de tutela garantindo a liberação do diretor Paulino Alves de Almeida para o SEEB Umuarama.

A decisão do juiz Irã Alves dos Santos, da JCJ de Umuarama, é retroativa a 01/02/2000 data indicada pelo BB para a volta dos dirigentes sindicais ao trabalho no banco.

Eleições Sindicais

Dois importantes sindicatos de bancários da CUT no Paraná, terão eleições em março, para renovar suas diretorias. Dias 16 e 17 será realizada a eleição em Londrina, e dia 28 em Paranavaí. A direção do PACTU torce para um alto índice de comparecimento dos associados na votação.

Congressos importantes

Este ano será marcado também por importantes congressos de entidades organizativas dos trabalhadores. Em julho vai ser realizado o da CUT Paraná. Em agosto o da CUT nacional, em setembro o da CNB. O da FETEC Paraná será entre junho e setembro. Todos eles renovarão suas diretorias e planejarão seus trabalhos nos próximos três anos. Os bancários do PACTU serão convidados a discutir teses desses congressos em assembleias, as quais vão eleger também os delegados para participarem dos mesmos.

Pactu

Publicação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

Conselho Editorial

Neil E. Júnior

(Paranavaí) (0xx44) 423-3402

Nivaldo Simoni

(C. Mourão) (0xx44) 823-3492

Izabel C. Gregório (Toledo)

(0xx45) 252-1851

Wilson de Souza

(Umuarama/Assis Chateaubriand) -

(0xx44) 622-1979 - Elói Myszka

(Guarapuava) (0xx42) 723-1371

Jornalista: Joel Guedes

Impressão: Gráfica São Paulo (44) 622-4787

Negociação com o Banestado

No último dia 22/02, os sindicatos estiveram reunidos em negociação com a direção do Banestado. O diretor Carlos Alberto Sebastiani, do Banco, apresentou uma proposta que remete à Convenção Nacional da Fenaban. Alegou necessidade de ajuste e redução de despesas, por conta da privatização.

O Banco quer adotar a Convenção da Fenaban

para limitar direitos dos funcionários, retirando garantia de emprego, do pagamento das horas extras, do repasse da complementação de aposentadoria ao Funbep e o fim do concurso público, entre outras cláusulas.

O Banco também pretende congelar os anuênios em R\$ 14,53 e adotar o valor da Convenção: R\$ 8,41 para as futuras aquisições.

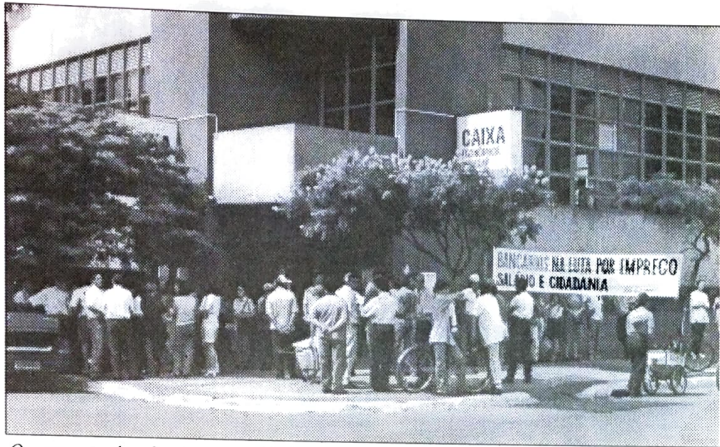
NOSSA RESPOSTA

Os sindicatos responderam que não aceitam retroagir e levarão para a categoria a proposta do Banco, que retira os direitos. Além disso, os sindicatos já consultam suas assessorias jurídicas sobre a possibilidade, em caso de perdas, do questionamento por via jurídica. Nas Assembleias realizadas pelos sindicatos do PACTU, os banestadoenses rejeitaram a proposta do Banco.

CAIXA

Única proposta é retirar direitos

A retomada das negociações entre a Comissão dos Empregados e a direção da Caixa, abre novas perspectivas para o fechamento de um acordo coletivo justo. Até agora, a empresa vinha se



Os empregados da Caixa e o Movimento Sindical lutam por um acordo justo, sem retirada de direitos dos trabalhadores.

valendo de um acordo unilateral, imposto goela abaixo do funcionalismo, com a nítida pretensão de retirar direitos dos trabalhadores. Isto ficou bem claro na contra-proposta da empresa, que congela o ticket-alimentação e autoriza a conversão da licença-prêmio excluindo os empregados que

fizeram greve desse direito, além de pressionar os dirigentes sindicais liberados para o retorno ao trabalho no banco até o dia 01/03. Para a Comissão dos Empregados, essa é uma forma de tentar desarticular a organização dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

A Comissão conseguiu marcar reunião de negociação para o dia 25/02. E até o fechamento desta edição ainda não tínhamos o resultado. Mas a Comissão avalia ainda que é necessário aumentar a mobilização da categoria, o que é fundamental para garantir um acordo favorável junto ao banco.

Ler/Dort

Conscientizar é a palavra-chave

Você sabia que a Ler/Dort é atualmente a segunda causa de afastamento do trabalho no Brasil? É verdade.

Levantamento do INSS revela que de cada 100 trabalhadores brasileiros, um é portador de Ler/Dort.

Já segundo o Ministério do Trabalho, enquanto até 1994 havia apenas 10 mil casos notificados, hoje já são 532 mil. Fora aquelas trabalhadoras

que têm a doença mas suportam a dor e não revelam, com medo de perder o emprego, já que a maioria dos médicos não reconhece a Ler/Dort como doença ocupacional.

DIA NACIONAL

A melhor forma de prevenção à Ler/Dort é a conscientização. Por isto o dia 29 de fevereiro foi escolhido o Dia Nacional de Conscientização sobre a doença. Já está comprovado que a Ler/Dort é causada por

condições inadequadas de trabalho, e piora a cada dia, por falta de consciência sobre o problema.

E por falar em conscientização, o PACTU lembra aos bancários, que é direito, garantido em lei, a pausa no trabalho para os devidos exercícios de alongamentos para prevenção da Ler/Dort. Poucas agências da base do PACTU têm obedecido a lei. Dá uma cobradinha no seu chefe!

FGTS

Ações para Correção

Propagandas, por vezes duvidosas, na imprensa, em carros de som ou até mesmo em panfletos, criam expectativas e ansiedades entre os trabalhadores que foram lesados pelos planos econômicos e até agora não conseguiram reaver seus direitos.

Entretanto, é preciso que se abram os olhos, pois quanto mais dura a vida de alguns, mais exploradores aparecem. E a vida é dura para muita gente, porque poucos se apoderaram e continuam se apoderando de tudo que há, em prejuízo à coletividade.

O Brasil é o retrato vivo dessa situação. Mas vamos aos fatos. Em novembro de 1994, a CUT-PR apresentou representação civil perante o Ministério Público Federal, com vistas a apurar as irregularidades detectadas na folha de correção do FGTS nas épocas de implantação dos planos econômicos Bresser, Verão e Collor. A representação foi procedente e, em 13/12/94, o Ministério Público Federal, no Paraná, ajuizou Ação Civil Pública contra a Caixa Econômica Federal, visando repor os índices suprimidos dos saldos do FGTS dos trabalhadores. A ação foi distribuída para a 5ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, autuada sob o nº 940015476-3. No dia 13/03/95, os sindicatos filiados à CUT se juntaram ao mesmo processo.

Vale lembrar que a Ação Civil Pública é de competência do Ministério Público, para proteger o patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

É importante lembrar ainda que o Ministério Público substitui, na sua ação, todos os trabalhadores do Estado do Paraná. Portanto, sendo desnecessário ajuizamento de ação individual, o que não impede que alguém o faça. A decisão de primeira instância foi desfavorável aos trabalhadores, encontrando-se em tramitação no tribunal Regional Sul, em Porto Alegre (RS), para apreciação do recurso interposto. Por fim, resta lembrar que o direito é trintenário, isto é, só termina após 30 anos. Isso abre possibilidade para novas ações, futuramente, ainda que individuais. No entanto, é preciso ter cuidado com profissionais e entidades que se utilizam das mazelas institucionais e da angústia do povo para sacrificá-lo ainda mais. Cabe a você decidir se mantém apenas a atual ação ou apresentar, por conta, nova ação.

Pena que o aluno da escola pública não tem a mesma alegria!



O governo FHC foi um dos que menos investiu na educação. Reduziu o orçamento do ensino – e de outras áreas essenciais – para pagar juros da dívida externa. O resultado disso todos já sabem: desemprego, saúde sucateada, aumento da miséria e completo abandono da educação.

E o ensino público, esse ano, pode perder ainda mais, em vários aspectos. É que o Ministério da Educação já coloca em prática, a partir do ano letivo que está começando, o novo sistema de avaliação para o ensino de 5ª à 8ª séries e segundo grau.

Pelo novo sistema, já bastante criticado entre os profissionais da educação, haverá uma redução da carga horária e uma complementação dos estudos, no final do curso, para os alunos com dificuldades. Na opinião de muitos educadores ouvidos pelo PACTU, a mudança diminui o índice de repetência, mas diminui ainda mais a qualidade do ensino público.

Por que? Em primeiro lugar, o novo sistema tende a aumentar o desinteresse em muitos alunos e, além disso, pode prejudicar o índice de frequência às salas de aulas, porque o estudante sabe que, mesmo deficitário no decorrer do ano letivo, no final terá uma chance bem maior de passar, mesmo sem ter aprendido o suficiente.



Elizabeth Piccinini, presidente da APP/Umuarama

Segundo plano

O governo FHC não cumpriu o que prometeu. Ao contrário, tirou dinheiro da educação para pagar juros da dívida externa. O ensino público, que já era ruim, ficou pior ainda

“Barateando a educação”

Para a presidente do Núcleo Regional da APP/Sindicato de Umuarama, Elizabeth Piccinini, essa foi uma forma que o governo encontrou para economizar ainda mais os gastos com a educação. Para ela, o aluno, o professor e a sociedade saem perdendo.

Entre os diretores de escolas e os professores, o descontentamento é generalizado. Reclamam da redução da carga horária, o que implicará em diminuição de salários e, principalmente, do aumento do trabalho gratuito imposto pelo governo. Isto porque o professor ficará responsável pela complementação de estudo dos alunos em recuperação e por esse

trabalho extra não serão remunerados.

Para a presidente do Núcleo da APP/Sindicato de Paranavaí, Alzília Bana, “isso é um barateamento dos custos com a educação”, ou desvalorização do professor. Ela afirma também que muitos professores poderão até mesmo perder o emprego, em função de uma possível redução do número de alunos. Para Alzília, o objetivo do governo está claro: reduzir gastos com a educação, sem se preocupar com a qualidade do ensino, que já é deficitária.



Alzília Bana, presidente da APP/Paranavaí

Ensino melhor para quem tem dinheiro

Alguma vez você já deve ter ouvido algum político panha eleitoral, dizer que a educação é prioridade do presidente, FHC, foi um desses. Mas todos eles esquecendo o compromisso. E o ensino vai ficando pior.

Pior para quem não tem condições de pagar uma educação privada, o que significa dizer que o ensino público está cada vez mais ineficiente, conforme mostram os dados do próprio governo, após o último provão realizado no ano passado.

Enquanto nos Estados Unidos, na Europa e em outros países desenvolvidos, a maioria dos estudantes universitários é recrutada pelas empresas mesmo antes de terminarem o ensino superior, no Brasil é bem diferente. Para muitos, os problemas começam já no vestibular. E quando conseguem entrar, enfrentam outros sérios problemas no decorrer do curso. No final, um outro grande obstáculo: falta emprego. Isso se torna quase impossível colocar em prática o que foi aprendido.

Na opinião de respeitadas lideranças do setor educacional, isso tem uma explicação simples: são alunos que não têm toda a vida toda em escola pública e não conseguiram alcançar o mesmo nível de aprendizado dos colegas que vieram de escolas privadas. Para o professor Rogério Cezar de Campos, da Unicamp, “o candidato proveniente do ensino público é deficitário em relação àquele oriundo da escola privada, incapaz de competir com ele; e será dizimado em poucos semestres”.

Quem tentou e quem passou pelo funil

Pesquisa feita com base nas inscrições para o vestibular da Universidade de São Paulo e na lista dos aprovados mostra a diferença entre os dois grupos



Ilan Felts Almog, aprovado em engenharia na USP

O PERFIL DOS APROVADOS

- 79% não trabalham
- 75% acessam a internet
- 75% fizeram o 2º grau em escola particular
- 53% têm dois ou mais carros em casa

E escolas viram sucatas!

Em muitos países desenvolvidos, as universidades públicas são obrigadas a reservar pelo menos metade das vagas para candidatos oriundos do ensino secundário, também público.

A diferença é que, nesses países, o nível do ensino público não deixa nada a desejar em relação ao ensino privado. Pelo contrário, em alguns casos é até melhor. Já no Brasil, o ensino público está sempre em segundo plano. Basta lembrar o mau exemplo do governo FHC, que ao invés de destinar mais verbas para o setor, retira recursos da educação (e de outros setores básicos, como a

saúde) para honrar acordos feitos com o FMI e pagar juros para credores internacionais.

Por causa disso, muitas escolas estão sucateadas e sem condições de funcionamento. Falta tudo, desde carteiras escolares, materiais didáticos e principalmente incentivos aos professores que necessitam de melhores condições de trabalho e bom salário, para investir em qualificação e especialização e em sua formação pedagógica. Isso faz a categoria protestar em grandes manifestações, como a marcha a Brasília no final do ano passado.

A culpa é dos políticos?

O ensino público, fundamental, médio e superior, poderia ser bem melhor, se muitos políticos colocassem em prática as suas promessas de campanha.

É comum, em ano eleitoral, ouvir que a educação é prioridade. O problema é que, depois de eleitos, a maioria dos políticos esquecem o que prometeram e defendem apenas os interesses daqueles que financiaram suas campanhas.

Vale lembrar que, como as grandes empreiteiras, saúde privada e os bancos, só para citar poucos exemplos, a educação privada também tem um forte lobby no Congresso. Já se tornou uma prática comum parlamentares defenderem os interesses dos setores econômicos que bancaram suas campanhas e seus interesses particulares.

Na região do PACTU há um exemplo bem claro dessa situação. Na última campanha eleitoral, os candidatos da oposição em Umuarama, o sindicalista Paulino Alves de Almeida, que concorria à Assembleia Legislativa, e o professor Marcos Mackert, que disputava uma vaga na Câmara Federal, ambos pelo PT, além de defenderem um ensino público de qualidade em



Osmar Serráglio prometeu, mas ainda não trouxe a universidade pública

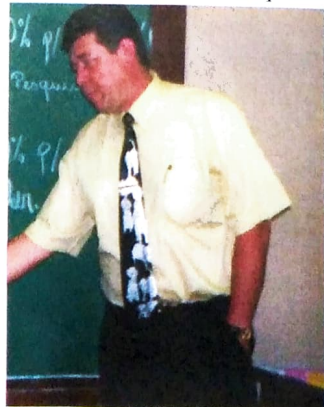
todos os níveis, tinham entre suas principais propostas a luta pela criação da universidade pública em Umuarama.

Não demorou muito para a proposta ser "abraçada" por outros candidatos. Um deles, Osmar Serráglio, do PMDB, por exemplo, passou a prometer, apoio para implantação de uma universidade pública na região. É óbvio que com essa proposta acabou ganhando os votos de muita gente que acreditou na sua promessa.

O problema é que, até agora, o deputado conseguiu apenas aumentar o crédito educativo para alunos da região, beneficiando diretamente as universidades privadas na base do PACTU.

O crédito educativo, se antes já não resolvia o problema dos estudantes mais carentes, agora ficou pior ainda. Trata-se, na verdade, de um empréstimo que o aluno terá de pagar mais tarde. Além disso, o governo passou a exigir um fiador para a liberação do "benefício". A questão é: quem vai querer avalizar um estudante oriundo de família pobre, em muitos casos até sem renda fixa.

Essa é a diferença entre os compromissos de candidatos com propostas populares e os políticos atrelados aos interesses do capital. E explica o porque da deficiente educação pública e tantos outros problemas que assolam a população.



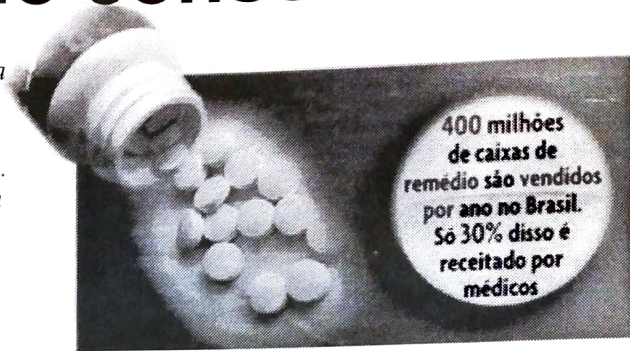
O professor Mackert, em campanha a deputado federal pelo PT, prometeu lutar por uma universidade pública para a região. Mas não foi eleito.

Medicamentos

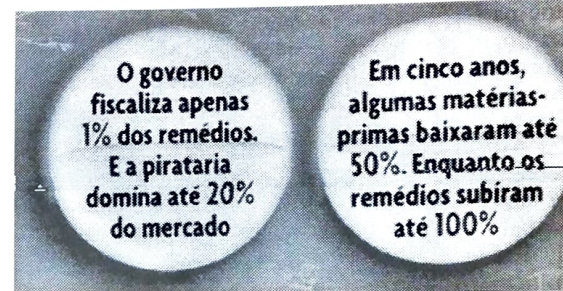
Indústria abusa, governo consente

Você sabe o risco que está correndo ao tomar um simples comprimido para a dor de cabeça ou mesmo aquele remédio receitado pelo seu médico? É que, segundo informações da CPI dos medicamentos, em andamento no Congresso Nacional, a preocupação do governo FHC com a qualidade dos medicamentos vendidos no Brasil, é zero. A CPI descobriu que o governo fiscaliza apenas 1% dos remédios. Pior ainda: a pirataria domina até 20% do mercado. Essa falta de preocupação do governo também tem outro agravante: os preços abusivos praticados pelos laboratórios. Do início do Plano Real até agora, enquanto algumas matérias-primas tiveram redução de até 50% no preço, o custo dos remédios subiu na casa dos 190%, ou 100% a mais que a inflação do período. Para o deputado

Arlindo Chinaglia (PT/SP), membro da CPI, "no Brasil, a indústria farmacêutica está fazendo uma festa e mandando a conta para o consumidor". A opinião do parlamentar se comprova nas muitas suspeitas sobre os laboratórios. Uma dessas suspeitas é a evasão fiscal e remessa ilegal de lucros para fora do país. O governo FHC continua indiferente à tudo isso. Se não impediu os aumentos abusivos nos preços dos remédios e não fiscalizou sua eficácia, aceita, paciente, a campanha dos laboratórios contra os medicamentos genéricos. A evidência é constrangedora: FHC não está nenhum pouco preocupado em enfrentar a bilionária e poderosa indústria farmacêutica. Menos ainda impedir os abusos por ela cometida contra os cidadãos brasileiros.



400 milhões de caixas de remédio são vendidos por ano no Brasil. So 30% disso é receitado por médicos



Genéricos: morosidade do governo e boicote dos laboratórios



Governo quer liberar a importação de genéricos, o que significa preços mais altos

Anualmente, é feito só 1% dos testes necessários para averiguar a qualidade dos 10 mil medicamentos vendidos no Brasil.

Se a situação já chegou a esse ponto e se o governo FHC não tem demonstrado nenhuma preocupação com a saúde da população, o que vai fazer para garantir a qualidade dos medicamentos genéricos e

a venda de um produto barato e de boa qualidade?

Nos Estados Unidos, o governo criou uma eficiente legislação de medicamentos genéricos.

Esses remédios possuem a mesma fórmula química de marcas conhecidas, cuja patente original já se expirou.

É o caso da dipirona, um antitérmico, que o laboratório Hoechst fabrica com o nome de Novalgina. O remédio genérico é a dipirona, a mesma coisa da Novalgina, só que sem a marca.

Outro exemplo é o antibiótico Keflex, marca usada pela Eli Lilly para vender o antibiótico cefalexina.

Os genéricos chegam às farmácias por um preço mais em conta porque os laboratórios que os fabricam

não precisam gastar em propaganda nem tiveram de investir em pesquisa para inventar a fórmula original.

Desde 1994, quando a lei entrou em vigor, o preço dos remédios sem marca baixou 40% nos Estados

Unidos. No Canadá e na Europa, além de incentivar a produção de genéricos mais baratos, os governos exercem controle de preços.

DEVAGAR

Enquanto o mundo inteiro avançou na regulamentação do setor, o Brasil patinou. Basta lembrar que a lei dos genéricos vem se arrastando desde o governo Collor. E agora, que saiu do papel, corre sério risco com o boicote dos laboratórios.

Até agora, somente seis remédios genéricos foram liberados para comercialização.

Além disso, o governo acena para a forte possibilidade de liberar a importação de remédios genéricos, se livrando da responsabilidade sobre os testes de qualidade dos produ-

Segundo a CPI dos medicamentos, o governo brasileiro fiscaliza apenas 1% dos remédios produzidos no país. Isso significa um grande risco à saúde da população...

tos e, pior ainda, aumentando o preço dos medicamentos.

Melhor seria se o governo, além de exigir dos laboratórios a qualidade dos medicamentos, sejam eles de marca ou genéricos, também coibisse os abusos nos preços, com uma legislação específica e uma fiscalização eficaz, além de incentivar, ou criar laboratórios públicos para fabricação de remédios genéricos.

Assim, o consumidor teria a certeza de que não estaria sendo lesado e, ao mesmo tempo, comprando um produto que resolveria seu problema sem riscos à sua saúde.

Campo Mourão

Posse no Conselho de Saúde

A dirigente sindical Nivalda Sguissardi Roy, do Pactu, é a nova presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Mourão, gestão 2000/2001. A eleição aconteceu recentemente, quando da posse dos novos membros do Conselho. É importante lembrar que o Conselho é o órgão gestor da política de saúde municipal e, além disso, delibera e fiscaliza as ações de saúde pública. Portanto, está sempre atento na defesa dos interesses da população. Para Nivalda Roy, o Conselho Municipal de Saúde tem uma importância muito grande a partir do momento em que é também integrado por representantes da comunidade e, sendo assim, a própria comunidade pode elaborar e fiscalizar o cumprimento das ações no setor.



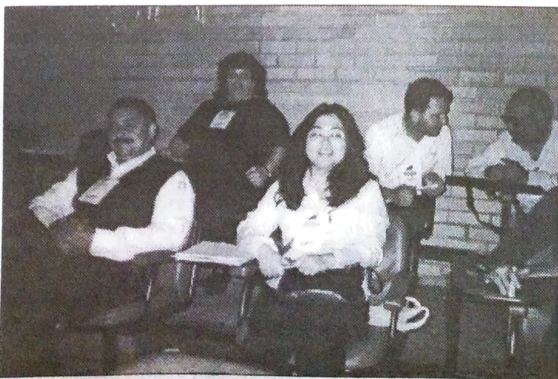
Na foto, Nivalda Roy (primeira à direita) junto com lideranças de Campo Mourão, na cerimônia de posse no Conselho

Educação Profissional do Trabalhador

Construção e consolidação de um novo enfoque de educação profissional; criar formas de facilitar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e ampliar a oferta de oportunidades de qualificação e requalificação do trabalhador. Foram

esses os temas principais do Congresso Estadual de Educação Profissional, realizado em Faxinal do Céu.

Os diretores do PACTU, Sônia Mauro (Campo Mourão) e Alcione Cristiano Macedo (Guarapuava), estiveram participando do Congresso.



Toledo: Movimento Negro faz 2 anos de luta

Palestras em diversas escolas e debates sobre a presença dos negros na sociedade, são algumas atividades que marcam a comemoração do segundo aniversário (dia 19/02) do Movimento Negro de Toledo - Zimbábue.

A proposta principal do grupo é a conscientização dos negros e, conseqüentemente toda a sociedade, que todos são iguais em direitos e deveres e, portanto, não há mais lugar para o racismo e a discriminação.

Aproveitando o momento e o advento dos 500 anos do Brasil, o Movimento Negro de Toledo quer fazer com que a sociedade observe que nos dias atuais existe um Estado muito ausente da sociedade, até

mesmo nas áreas fundamentais como saúde, educação, moradia, emprego e outros pontos básicos dos quais o cidadão necessita para viver com dignidade.

É uma preocupação que o MNT tem levado, já há algum tempo, e fomentado discussões com alunos de escolas públicas e particulares.

Para os integrantes do Movimento Negro toledano, toda conscientização passa primeiro pela escola para, a partir dali, mostrar a todos que só um governo com valores éticos e morais e que se preocupa com o povo; e uma sociedade que respeite o próximo, independente da sua cor ou raça, vai garantir a todos uma vida com mais dignidade e nos fazer atingir um estágio mais elevado como seres humanos.

O Estado muito ausente da sociedade...

Campanha nas cooperativas não avança

A situação dos funcionários das cooperativas de crédito não é diferente do drama vivido pelos demais bancários: arrocho salarial e ameaça constantes dos seus direitos. A última convenção coletiva assinada entre as cooperativas de crédito do Paraná e os Sindicatos foi a de 1997, que vigorou até 1998. Desde então, já se passaram dois períodos sem que fosse possível concluir satisfatoriamente

o processo negocial. Mesmo assim, nas duas renovações da convenção, em 96 e 97, não foi possível avançar em termos de conteúdo econômico. Desde a assinatura da primeira convenção, até maio de 1999, a inflação medida pelo ICV/Dieese foi de 39,09%, enquanto o INPC/IBGE foi de 35,61%. No mesmo período, os funcionários das cooperativas de crédito tiveram seus salários reajustados em

apenas 22,85%. A perda, portanto, chega a 13,22% pelo ICV ou 10,39% pelo INPC. Vale lembrar ainda que desde junho de 95 não são reajustados a gratificação de caixa, o anuênio, os auxílios refeição-alimentação e o auxílio creche. Isto significa que o poder de compra desses trabalhadores caiu de 100 para 72 ao longo desses anos. O movimento sindical prepara uma ofensiva para reverter o quadro.

PT: 20 anos

Com uma grande festa que reuniu lideranças do partido (v.foto), entre eles Nedson Michelette, sindicalistas e simpatizantes, foi comemorado em Paranaíba o 20º aniversário do PT. Na ocasião foram lembradas as muitas lutas do partido, entre elas a defesa dos direitos sociais e da cidadania.



MULHER...

Na história de seu surgimento, segundo a Bíblia, percebe-se as evidências do preconceito e do valor que era dado a mulher, pela sociedade da época. Após comer o fruto da árvore proibida, foi castigada

por Deus a ter eternamente uma divergência com a cobra, materializada em Demônio, segundo a história.

Na mesma história, a mulher teria seu calcanhar



Maria: alguns cultuam mais do que o próprio Cristo

picado pela cobra, as dores do parto seriam multiplicadas, e permaneceria para sempre sob o domínio do homem. Em revide, a mulher esmagaria a cabeça da serpente. (Gênesis 2; 21-25 e 3; 1-19)

Para alguns teólogos e leigos de religiões cristãs, a história do Gênesis é perfeita para confirmar que Deus existe, criou o mundo e tudo quanto habita nele. Dizem ainda que, quanto a cobra picar calcanhar e a mulher ser hostilizada, fazia parte dos costumes e valores da época. Se Deus é amor hoje, também foi amor ontem, e não ia desejar que uma filha sofresse tanto, como diz a história.

Deus também sempre teve a mesma inteligência, e sabia que com tempo seus filhos teriam conhecimento suficiente para aliviar as dores do parto, e perceber que o reptil também seria útil vivo, no controle natural de insetos e na produção de remédios.

É tão certo que Deus pensava assim que, em passado recente, na pessoa de seu filho Jesus Cristo, em passagem pela terra, socorreu uma mulher que estava prestes a ser apedrejada por escribas e fariseus da época, para pagar

um pecado segundo as leis de Moisés. Jesus disse à multidão que quem não tivesse pecado que atirasse a primeira pedra. Todos foram embora e a mulher saiu ilesa com a recomendação de que não pecasse mais. (João 8; 3-11). Provavelmente, Deus investiu nas palavras de seu filho para dizer também que a mulher, assim como o homem, pode errar, ser perdoada e respeitada como cristã e como pessoa.

Mesmo assim, foi preciso milênios para as mulheres romperem costumes arraigados ao longo dos tempos.

Em países de religião cristã, os avanços das mulheres estão a olhos vistos. No Brasil, temos grandes destaques como a socióloga Marta Suplicy, que iniciou no ano de 80 a discussão em torno da relação homem-mulher e relações homossexuais; e Marina Silva, senadora pelo PT do Acre, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho em defesa do meio ambiente.

No Brasil, podemos citar, em várias áreas, mulheres que também se destacaram, como Patrícia Galvão (a Pagu),



Marta Suplicy: revolucionou a discussão das relação homem/mulher

escritora e ativista política nos anos 30. Bertha Lutz, filha de Adolfo Lutz, bióloga respeitada e liderança política na defesa pelo voto feminino no Brasil, na década de 20. Maria Quitéria de Jesus, que

se alistou com o nome de Soldado Medeiros, no corpo de artilharia e lutou, em 1822, na Bahia, contra os portugueses que não reconheciam a independência do Brasil. Ainda na Bahia tivemos a Irmã Dulce, falecida em 1992, reconhecida por seu trabalho dedicado à caridade. Nas artes, uma revolucionária como Chiquinha Gonzaga, que



Chiquinha Gonzaga: enfrentou a família e a sociedade em 1847

em 1847 enfrentou o marido, os pais e toda a sociedade, para fazer o que mais gostava: compor e apresentar um tipo de música diferente, o chorinho brasileiro. Além de outros nomes.

Temos ainda, na história da humanidade, mulheres esquecíveis. É o caso de Maria, mãe de Jesus, que alguns seguidores cultuam mais que o próprio Cristo, o que, para muitos cristãos, não é correto.

Joana d'Arc, heroína e santa francesa, lutou em guerra contra a invasão inglesa e aos 31 anos, tida como herege por usar roupas masculinas e afirmar que só prestaria contas a Deus, foi julgada e queimada, pela Igreja Católica Romana. Vinte e cinco anos após a sua morte, seu caso foi reavaliado pela Igreja, a qual a inocentou.

Na atualidade, temos a *pop star* Madonna, que ousa agredir o convencional em seus clips musicais, numa apologia às relações do

mesmo sexo. Por tudo isto, vale frisar que os avanços das mulheres foram fruto de sua própria inteligência e de seu senso organizativo e não benesses do homem que, com raras exceções, continua preconceituoso e machista. Os Sindicatos do



Madonna: ousadia e agressão aos bons costumes

PACTU, na certeza de que existem bancárias que são heroínas no dia-a-dia, ao terem que enfrentar o trabalho fora de casa, o trabalho do lar, estudar e enfrentar o preconceito que ainda reina, refletido no salário e na dificuldade de ascensão profissional, felicitam todas as trabalhadoras pelo Dia Internacional da Mulher (8 de Março).

Aviso da lua que menstrua

Moço, cuidado com ela!

*Há que ter cautela com essa gente que menstrua...
Imagine uma cachoeira às avessas: cada ato que faz o corpo confessa.*

Cuidado, moço, que às vezes, parece erva, parece hera.

Cuidado com essa gente que gera.

Essa gente que metamorfoseia. Metade legível, metade sereia.

Barriga cresce, explode humanidades

E ainda volta pro lugar que é o mesmo lugar.

Mas é outro lugar: aí é que está.

Cada palavra dita, antes de dizer, homem reflita...

Sua boca maldita não sabe que cada palavra é ingrediente

Que vai cair na mesma panela.

Cuidado com cada letra que manda para ela!

Tá acostumada a viver por dentro

Transforma fato em elemento. A tudo refoga, ferve e frita.

Inda sangra tudo no próximo mês.

Cuidado moço, quando cê pensa que escapou, é que chegou a sua vez!

Porque sou muito sua amiga, é que estou falando na vera.

Conheço cada uma, além de ser uma delas.

Você que saiu da fresta dela.

Delicada força ao se voltar a ela. Não vá sem ser convidado!

Ou sem os devidos cortejos... Às vezes pela ponte de um beijo,

E já se alcança a "cidade secreta". Atlântida perdida.

Outras vezes, várias medidas e mais se afasta delas.

Cuidado moço, por você ter uma cobra entre as pernas.

Cai na displicência diante da própria serpente.

Ela é uma cobra de avental. Não despreze a meditação doméstica

É da poeira do cotidiano que se extrai filosofias.

Costurando, cozinhando. E você chega com a mão no bolso,

Julgando a arte do almoço: "Eca!"

Você, que nem sabe onde está sua cueca!

Ah! Meu cão desejado.

Tão preocupado em rosnar, ladrar, latir.

Mas esquece de saber curtir, dividir.

E, aí, quando quer agredir, chama de vaca e galinha.

São duas dignas vizinhas do mundo aqui

O que é que você pode falar da vaca?

O que você tem eu vou dizer e não se queixe:

VACA é sua mãe. De leite.

Vaca e galinha... Ora, não ofende, elogio. Enaltece.

Comparando rainha com rainha: óvulo, ovo e leite.

Pensando que está xingando

Que está falando palavras imundo...

Tá não homem.

Tá citando o próprio mundo.

Elisa Lucinda (poetisa capixaba)